

# **‘Tribuna de Minas’ participa de workshop do Instituto Patrícia Galvão**

De que forma o jornalismo pode auxiliar na divulgação de casos de violência contra a mulher? Foi buscando responder esta pergunta que o Instituto Patrícia Galvão, organização feminista, realizou em São Paulo (SP), nesta segunda-feira (29), o Workshop Femicídio: o papel da imprensa na cobertura dos assassinatos de mulheres no Brasil. A Tribuna, a convite do Instituto, esteve presente no evento por meio da jornalista Vivia Lima. Além de representantes da imprensa de diferentes estados, o evento reuniu também especialistas do Direito e da Segurança Pública, pesquisadores, gestores e ativistas. Entre eles, representantes da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Ministério Público, Polícia Civil, Guarda Civil, ONU Mulheres, Promotoria de Justiça, advogadas, juízas e institutos em que a mulher é protagonista.

No encontro, autoridades e jornalistas discutiram sobre a importância de se criar debates e discussões para além da divulgação pura e simples de episódios de violência contra a mulher, a fim de informar e prevenir mortes evitáveis de mulheres. O Instituto realizou pesquisas em matérias jornalísticas de 71 veículos de imprensa escrita do país. Embora a violência cometida contra mulheres seja pauta frequente nos jornais, além do espaço editorial conferido às violações dos direitos das mulheres ter sido ampliado, das 1.691 matérias analisadas, apenas 233 apontaram, explicitamente, o termo feminicídio.



*Autoridades e jornalistas discutiram sobre a importância de se criar debates e discussões para além da divulgação pura e simples de episódios da violência (Foto: Vívica Lima)*

De acordo com os dados coletados pelo Instituto Patrícia Galvão, o fato majoritário dessas coberturas são episódios individualizados e relatados a partir da perspectiva policial e não ampla. Mesmo em vigor, a Lei Maria da Penha ainda é pouco noticiada nos meios de comunicação brasileiros. Dentre as análises, nota-se que, quando a motivação é informada, está associada à não aceitação do fim do relacionamento ou recusa da vítima em reatar com o autor, condicionando a culpa à mulher.

Foram constatados ainda quando o nome do autor é mencionado nos títulos, geralmente é atribuída a ele a condição de surto, ímpeto ou ainda que ele agiu de determinada forma, pois a mulher criou uma atmosfera em que “mereceu” o trato agressivo, quase sempre culpabilizando a vítima. Para a diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, o encontro proporcionou troca de conhecimentos entre diversas áreas e conhecimento

sobre dificuldades e facilidades apresentadas por cada representante convidado. “Pode-se conhecer as limitações de cada um, além de apresentarmos uma discussão bastante abrangente e aprofundada sobre a violência contra a mulher, que ainda é subnotificada por inúmeros fatores”, ressaltou.

Fundado em 2001, o Instituto Patrícia Galvão é uma organização sem fins lucrativos que atua nos campos do direito à comunicação e dos direitos das mulheres. O instituto, através de pesquisas e estudos, visa a qualificação da cobertura jornalística através da perspectiva de um olhar mais atento e contextualizado sobre a violência de gênero.